

PARTICIPAÇÃO: para pensar políticas culturais no século XXI

Lúcia Maciel Barbosa de Oliveira

Resumo: Pretende-se refletir sobre as políticas culturais na atualidade e os novos desafios a ela colocados. A partir de quais vetores pensar políticas culturais na atualidade quando vivemos, simultaneamente, a complexificação das tramas socioculturais e seu esgarçamento? A experiência do Centro Cultural da Juventude, equipamento público situado na Cidade de São Paulo, será tomado como emblema de uma nova relação que se estabelece entre o Estado e a sociedade civil baseada na participação crítica nos processos geradores de cultura o que enfatiza o protagonismo dos sujeitos que passam de espectadores a agentes.

Palavras-chave: Política Cultural; Sociedade Civil; Estado; Interculturalidade; Centro Cultural da Juventude.

A presente reflexão partirá de ideias expressas pelo cientista político uruguaio Gerardo Caetano, para quem o grande desafio de uma reinvenção da cidadania visando o desenvolvimento humano, mais do que nunca necessária, é a participação da sociedade civil de maneira efetiva. Em suas palavras:

Se não se quer que os programas de emergência se tornem assistencialistas, mas comecem a atacar as estruturas de exclusão, é imperativo que os beneficiários das novas políticas públicas se tornem, de modo crescente, *sujeitos* e não simples objetos da ação pública [2007: 46]

De que maneira e a partir de quais vetores pensar políticas culturais na atualidade quando vivemos, simultaneamente, a complexificação das tramas socioculturais e seu esgarçamento? Como refletir sobre a relação entre a sociedade civil e as políticas públicas? Em outras palavras, quando todos sofremos os efeitos dos processos de globalização é imperativo compreendê-la não apenas como processo econômico e tecnológico, mas a partir de sua dinâmica cultural, de sua dimensão simbólica, de suas representações coletivas, o que permite vislumbrar outros rumos onde os sujeitos estão não apenas incluídos, mas exercem um papel fundamental. Em

· Professora de Teorias da Ação Cultural na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. E-mail: lumaneo@ajato.com.br

tempos de diversidade, aproximações, dinamismo e intercâmbios, é a cultura que pode funcionar como força aglutinadora a permitir que indivíduos construam projetos coletivos, que experimentem suas vidas coletivamente. Segundo o sociólogo polonês Zigmunt Bauman,

Quando falamos hoje de cultura, o que nos vem à mente não é a imagem de uma totalidade coerente e coesa, fechada e autosustentada, com partes claramente articuladas e intimamente entrelaçadas, mas o quadro de uma vasta matriz de possibilidades na qual incontáveis combinações e trocas não absolutamente coordenadas podem ser feitas e com efeito o são. [1999:288]

Para Néstor García Canclini [2004], faz-se necessário redefinir a noção de cultura e compreendê-la não como entidade ou pacote de traços que diferenciam uma sociedade de outra, mas como sistema de relações de sentido que identifica diferenças, contrastes e comparações e é o veículo ou meio pelo qual a relação entre os grupos consubstancia-se. Para ele, a perspectiva intercultural de compreensão do novo contexto global permite entender as razões dos fracassos políticos e participar da mobilização de recursos interculturais para construir alternativas. Para corrigir as desigualdades, reconhecer as diferenças e incluir os desconectados - em uma sociedade onde a informação e o conhecimento são eixos definidores da inclusão dos sujeitos - é preciso compreender os processos em que se dão sem o quê é impossível propor alternativas¹. A interculturalidade ampla, própria de um mundo globalizado, é fator constitutivo e decisivo da subjetividade. Além disso, os sujeitos tornaram-se extremamente móveis, flutuantes em consequência das condições tecnológicas e culturais; mais do nunca é preciso que aprendam a apresentar suas perguntas e demandas nos novos cenários, além de propor alternativas para modificá-los.

A autonomia da sociedade é fruto da autonomia dos sujeitos. Da mesma forma, a democratização do Estado passa necessariamente pela democratização da sociedade. A razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro e deve responder às demandas

¹ Para Canclini, passamos de um mundo multicultural, em que a justaposição de etnias ou de grupos se dava em territórios delimitados, como a cidade ou a nação, para um mundo intercultural globalizado, em que os marcos são outros. Ambos os termos implicam dois modos de produção do social: enquanto a multiculturalidade supõe aceitação do heterogêneo, a interculturalidade implica que os diferentes se definem em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos. As tramas estão mais complexas.

da maioria. A democracia é a política do sujeito: não é somente um conjunto de garantias institucionais, mas a luta de sujeitos, impregnados de sua cultura e liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas, aponta Alain Touraine [1996].

Para a construção de uma política cultural democrática, segundo Caetano, é necessário *ambientar pactos entre culturas, ambientar um pluralismo efetivo e não simplesmente a “tolerância” resignada do diverso que não nos transforma nem interpela*. [2007:48]. Será que a política pode assumir a tarefa de orientar processos de tanta incerteza, de tramas tão complexas? O que cabe à política cultural?

A política cultural só pode ser pensada hoje enquanto ação coletiva, criada e implementada com a participação ativa dos indivíduos, sem o que não faz mais sentido. Política cultural pode ser definida como o programa de intervenções realizado não só pelo Estado, mas por instituições civis, entidades privadas e por grupos comunitários, como propõe Teixeira Coelho, *com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas* [1997:293]. Suas formas de intervenção podem ser diretas, como as de ação cultural construídas no processo cultural propriamente dito (centros de cultura, manifestações culturais específicas etc.). Percebe-se que as políticas culturais de proximidade, com participação ativa da sociedade civil, é uma forma bastante interessante para pensar as políticas culturais hoje, ampliando a definição proposta acima a partir da idéia de coletivos de indivíduos, não apenas de grupos comunitários. Isso implica um outro entendimento da relação que se dá entre os participantes da ação, na medida em que os coletivos são um grupo de colaboradores que se unem para realizar algo em conjunto, dialogando com espaços da cidade. A idéia de coletivo traz a possibilidade de pensar novos rituais mais ajustados à dinâmica cultural contemporânea. Políticas culturais de proximidade têm como referência a aproximação – do bairro, do distrito e da cidade – com os cidadãos a quem devem beneficiar a fim de atender a suas demandas, aspirações e sonhos, através da participação direta e ativa, do trabalho compartilhado. A proximidade tem como contraponto a conectividade via novas tecnologias, princípio fundador da contemporaneidade. Se a participação se dá substancialmente via ação local, ela se conecta de maneira direta com o global. Impossível pensar hoje o local desconectado do global; tornaram-se um binômio inseparável.

Assim, o potencial de participação, criação e compartilhamento proporcionado pelas novas tecnologias de informação e comunicação é outra questão que não pode ser descolada das políticas culturais contemporâneas. As práticas sociais de criação e

produção artística e cultural foram modificadas de maneira significativa, abrindo-se novas oportunidades na forma de produzir e intercambiar informação, conhecimento e cultura, eixos centrais hoje para se pensar a liberdade e o desenvolvimento humanos. A forma como a informação, o conhecimento e a cultura são produzidos e intercambiados em nossa sociedade afeta a maneira como percebemos o mundo, como vislumbramos perspectivas futuras e como agimos para que se consubstanciem. Lembrando o economista Amartya Sen (2000), desenvolvimento é a capacidade individual de escolher o tipo de vida que se quer levar. Nessa perspectiva, a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio do desenvolvimento e a condição protagonista dos indivíduos seu elemento básico. Tal definição refere-se de maneira direta à dimensão simbólica e à assunção da diversidade como elemento constitutivo das políticas de desenvolvimento; em outras palavras, o reconhecimento da diversidade não como igualdade homogeneizante, mas em seu poder constituinte de consolidação de sociedades efetivamente democráticas, o que significa reconhecer que o modo de produção do social se dá a partir de relações de negociação, conflito e trocas recíprocas (CANCLINI: 2004,15).

A política cultural deve proporcionar a vivência de uma infinidade de experiências sensíveis, convocando a sensibilidade individual para a constituição de coletividades que consigam desenhar futuros interessantes que se consubstanciem em espaços de convivência.

Impressões sobre a experiência do Centro Cultural da Juventude, Vila Nova Cachoeirinha, São Paulo

O Centro Cultural da Juventude (CCJ), inaugurado em março de 2006, é um equipamento cultural situado na zona norte da Cidade de São Paulo, voltado ao público jovem, ligado à Secretaria Municipal de Cultura. Ocupa um edifício construído para abrigar atividades comerciais que, por razões que desconheço, passou ao poder público. Instalado em uma área com grande contingente jovem e poucos equipamentos culturais públicos, transformou-se em um centro cultural com uma interessante proposta. Vila Nova Cachoeirinha, é um dos bairros de São Paulo com maior Índice de Vulnerabilidade Juvenil, segundo estudo da Fundação Seade. Tal índice é composto por variáveis tais como: taxa anual de crescimento populacional, percentual de

população jovem (15 a 19 anos), taxa de mortalidade por homicídio de jovens do sexo masculino, percentual de mães adolescentes, valor do rendimento médio mensal, percentual de jovens que não frequentam a escola². Segundo o Observatório Cidadão do Movimento da Sociedade Civil ‘Nossa São Paulo’, o indicador que determina o percentual de centros, espaços e casas de cultura em cada subprefeitura da cidade, aponta que a subprefeitura da Casaverde e Cachoeirinha possui um indicador de 1,18 pontos, o que a situa em uma posição intermediária comparativamente às demais da cidade (34,12 para a região da Sé e 0 para a região São Mateus, entre outras)³.

Biblioteca, anfiteatro, teatro de arena, sala de projetos, internet livre em banda larga, laboratório de idiomas, laboratório de pesquisas, estúdio para gravações musicais, ilhas de edição de vídeo e de áudio, ateliê de artes plásticas, sala de oficinas, galeria para exposições e área de convivência ocupam oito mil metros quadrados⁴. O edifício é claro e arejado, com sua arquitetura de concreto e vidro, embora não se configure como um espaço especialmente convidativo em termos arquitetônicos, já que seu projeto não causa nem impacto nem possui uma arquitetura mais orgânica que dialogue com o entorno. Percebe-se que é um edifício adaptado. Apesar disso, o CCJ recebe grande público para suas atividades, o que indica que sua política cultural tem conseguido estabelecer diálogo constante e direto com seus usuários.

Seus objetivos institucionais são:

1. Promover atividades culturais e estimular a produção artística;
2. Produzir e divulgar informações de interesse dos jovens;
3. Ampliar a formação, o conhecimento, as oportunidades e as habilidades que auxiliem na inserção social dos jovens;
4. Criar alternativas de lazer e convívio;
5. Articular-se com entidades e instituições ligadas à cultura e ao universo da juventude, bem como integrar e apoiar iniciativas locais.

² Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados, ligado à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Para mais informações sobre o índice, consultar <http://www.seade.gov.br/produtos/ivj/>. Acesso em 30/04/2010.

³ Para mais informações sobre os indicadores, consultar <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/analises.php?tema=2&indicador=19&ano=2009®iao=0#info>. Acesso em 30/04/2010.

⁴ <http://ccjuve.prefeitura.sp.gov.br/>

Tais objetivos pretendem ser atingidos através de uma programação que se compõem de dez programas que promovem 31 projetos, estruturados sobre os eixos do acesso à cultura; da produção e criação artístico-cultural a partir da oferta de espaços, de recursos e de oficinas; de reflexão sobre a pertinência e qualidades das iniciativas. Creio que esses dois últimos eixos constituem-se no grande diferencial do CCJ comparativamente a outros equipamentos da cidade.

Na política cultural do CCJ criação, produção, acesso e discussão são eixos centrais de ação que não podem ser pensados de maneira isolada. A potencialidade aberta aos sujeitos de se tornarem produtores e não meros receptores de produtos culturais - prática definidora das ditas sociedades de massa em que os meios de comunicação disseminavam mensagens para uma infinidade de receptores – permite vislumbrar mudanças substantivas na liberdade individual, no desenvolvimento crítico e reflexivo, na autonomia dos indivíduos e na ampliação da participação democrática. Potencialidade e não consolidação, cabe sublinhar. Se *o meio é a mensagem*, como afirmou Marshall McLuhan, a possibilidade aberta pela tecnologia de todos serem emissores e receptores simultaneamente pode consubstanciar as ideias de Yochai Benkler para quem a emergência de uma ‘cultura popular’ feita pelas pessoas e com sua participação ativa - prática largamente suprimida na era da produção cultural industrial –, dá sentido ao mundo que nos circunda e faz a cultura mais transparente e maleável. As novas práticas tornam seus praticantes melhores ‘leitores’ de sua própria cultura, mais críticos e reflexivos. A participação crítica nos processos geradores de cultura enfatiza o protagonismo dos sujeitos que passam de espectadores a agentes. Ainda na vertente de Benkler, a emergência de novas relações técnicas, sociais, econômicas e institucionais tem potencial para incrementar o papel que cada indivíduo pode desempenhar na condução de sua própria vida. Creio ser esta a aposta do CCJ.

A programação, a biblioteca, a Internet livre, a cdteca e a miadateca abrem possibilidades de ampliação de repertórios, assim como os seminários e palestras. Oficinas e mostras audiovisuais, de teatro e música apostam nesta vertente. Questão difícil e central das políticas culturais, sobretudo públicas: atender não apenas às demandas dos usuários e potenciais usuários do Centro, mas oferecer aquilo que os usuários nem sequer conhecem e, portanto, não podem desejar. Eis o sentido da ampliação de repertórios que não se refere à educação dos sentidos ou do gosto. A experimentação e a ousadia possibilitam a abertura para novas esferas ainda não reveladas, ampliando a forma como os sujeitos enxergam e lêem o mundo, comparam e

conectam coisas, formulam conceitos. Novamente o que se sublinha é a autonomia individual no sentido da liberdade de poder escolher. O anfiteatro é o espaço de apresentação de grupos profissionais e iniciantes que podem solicitá-lo mediante agendamento a partir de determinados critérios. Outro interessante programa é o *CCJ Visita*, em que transporte e mediação são oferecidos para que os interessados possam conhecer outros equipamentos da cidade e ampliar repertórios, já que o Centro está bastante centrado na questão da cultura juvenil, o que pode ser um eixo restritivo, talvez superado por ações como essa. A ampliação do acesso a uma grande diversidade de expressões, a possibilidade de conhecer, vivenciar e refletir de maneira crítica, a partir de diferentes linguagens artísticas, são essenciais para a formação de sujeitos que compreendam, criem e sejam atores críticos na proposição de contextos mais democráticos e incluídos. Ver e ver aquilo que não se espera, multiplicar as experiências, aguçar a curiosidade e a sensibilidade é mais do que necessário no caminho da autonomia, da reflexão crítica, da ampliação das possibilidades de lidar com o mundo e de propor projetos alternativos. A arte é fundamental para que esse processo possa se efetivar.

Café Cultural e *Diálogos* são dois projetos que abrem a possibilidade de conversar, debater e compartilhar ideias a partir de alguns temas e no caso do projeto *Diálogos*, a partir de conversas com pessoas de destaque em diversas áreas de atuação.

O *LAB C* – Laboratório de Mídias – é um dos eixos inovadores e centrais da ação do CCJ. Formado por estúdio de gravações musicais, pelas salas de edição de vídeo e áudio e pela sala de oficinas, que podem ser solicitadas e utilizadas de maneira gratuita mediante agendamento; oferece oficinas de áudio, vídeo, rádio, design gráfico e produção, privilegiando as obras finais colaborativas, talvez um princípio fundamental para a interculturalidade, com todas as dificuldades inerentes aos processos de intercâmbio e negociação. Renovar a forma de enxergar o mundo e ampliar a possibilidade de lidar com ele é um eixo fundamental de ação, possivelmente atingível pela experiência direta, pela experimentação, pelo compartilhamento de ideias, pelos confrontos. De maneira paradoxal, a avalanche de informações consagra um número pequeno de modelos, de pontos de vista restritos e consensuais. Parece mais necessário do que nunca ampliar as possibilidades de ver e vivenciar o mundo, romper hábitos, individuais e coletivos. A vivência da arte e a prática criadora podem permitir que isso aconteça, embora não necessariamente. Creio ser interessante a percepção do CCJ de

que sua política cultural deve funcionar a partir da abertura de canais, da facilitação para que seus usuários encontrem canais de experimentação e de expressão.

Editais públicos de co-patrocínio de *Primeiras Obras*, para indivíduos e grupos iniciantes, é outra forma de viabilizar projetos (que também contam com um espaço de trabalho no Centro para que sejam elaborados). Outra ação que segue a mesma vertente denomina-se *Ocupação*, em que projetos selecionados em edital público recebem recursos financeiros e organizacionais para sua concretização, compondo a programação do CCJ.

Um mês ao ano é dedicado à produção cultural independente, reforçando a ideia de que a cultura pode ser gerada fora das esferas legitimadas de produção e financiamento.

Considerações finais

A política cultural hoje deve ser pensada como criadora de canais que viabilizam e incentivam a diversidade, a expressão dessa diversidade. Como já expus em trabalho anterior, ‘é preciso fortalecer esse coração pulsante que é a cultura, encontrar mecanismos e canais para sua expressão, irrigá-los, fortalecer os já existentes. O Estado deve se tornar mais democrático e criar espaços que viabilizem e incentivem a cultura e sua diversidade’ (2009: 14).

Parece mais necessário do que nunca ampliar as possibilidades de ver e vivenciar o mundo, romper hábitos, individuais e coletivos. Arte e cultura são aberturas para a percepção do mundo plural em que vivemos, sobretudo quando os processos contemporâneos permitem o contato – presencial e virtual – com diferentes modos de vida e de pensamento e possibilitam a experiência do diverso.

A experiência do CCJ parece-me uma interessante proposta que aposta na ação, experimentação e vivência em um espaço público que se abre para a cidade, apesar de fazer parte de uma gestão que não se caracteriza por sua experimentação nem conta com orçamento substantivo, mal que assola as políticas públicas de cultura no Brasil em todas as esferas, bem como a insegurança de sua continuidade, outra sombra a fragilizar projetos como esse.

Finalizo com Canclini:

Tal vez una tarea clave de las nuevas políticas culturales sea, como lo ensayan ciertas performances artísticas, reunir de otros modos afectos, saberes y prácticas. Reencontrar o construir signos que representen creíblemente identidades de sujetos que a la vez quieren, saben y actúan: sujetos que respondan por actos y no personajes que representan marcas de entidad enigmática (2004: 212).

Ousar experimentar e abrir canais para a participação dos sujeitos para que construam sentidos para sua existência, para que a reinventem incessantemente, permitindo que se criem formas alternativas de imaginar o mundo e de propor alternativas a ele: desafio que não cabe somente às políticas culturais, mas também, e de maneira fundamental, a elas.

Referência Bibliográfica:

BAUMAN, Z. (1999). **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar.

BENKLER, Y. (2006) **The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom**. Yale University Press. Acessível em cyber.law.harvard.edu/wealth_of_networks/index.php?title=Download_pdf_of_the_book Acesso em 05/05/2010.

CAETANO, G. (2007). **‘Cultura, Desenvolvimento e Política’**. In: Revista Observatório Itaú Cultural/OIC – n.2, (mai./ago.2007). São Paulo: Itaú Cultural, p. 39-49.

CANCLINI, N. (2004). **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidad**. Barcelona: Gedisa.

COELHO, T. (1997). **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras.
OLIVEIRA, L.M.B. (2008). ‘A cidade como experimentação’. In: Revista Observatório Itaú Cultural/OIC – n.5, (abr./jun.2008). São Paulo: Itaú Cultural, p. 76-83.

OLIVEIRA, L.M.B. (2009). **Que políticas culturais?** Texto escrito para a palestra proferida no Centro Cultural São Paulo em maio de 2009. Acessível em http://www.centrocultural.sp.gov.br/informativo_holandeses_lucia.pdf

SEN, A. (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

TOURAINÉ, A. (1996). **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 2ª edição.